

FLORESTAN FERNANDES E DESOBEDIÊNCIA CIVIL NA ESFERA ACADÊMICA.

Lidiane Soares Rodrigues
Departamento de História –
Universidade de São Paulo.

Indubitavelmente, os diversos perfis de intelectual atribuídos a Florestan Fernandes encontram lastro histórico nos inúmeros vínculos institucionais e políticos que estabeleceu. Especialmente no período posterior à sua aposentadoria compulsória, contudo, suas refutas à inserção institucional são significantes, do mesmo quilate que tais vínculos – o conjunto delas ilumina suas tomadas de posição e sua adesão *crítica* a atividades intelectuais e políticas, através das quais se insere e se diferencia no interior do meio intelectual e político da Nova Esquerda. Por essa razão, serão colocadas em tela, uma adesão complexa e uma recusa convicta à duas instituições universitárias: sua docência na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a sofreguidão de não retornar à Universidade de São Paulo, por ocasião da Anistia política em 1979. Elas darão os contornos da noção de *desobediência civil* – que traça o terreno do qual germinam as novas concepções acerca dos papéis intelectuais para Florestan Fernandes.

**

Em 1969, quando da fundação do Cebrap, Florestan Fernandes recusou-se a participar do empreendimento, por ser financiado pela Fundação Ford. Inúmeras são as controvérsias em torno desse esquivo do sociólogo. Alguns autores optam pelo entendimento de que Florestan Fernandes vivia um “descenso” de prestígio, enquanto Fernando Henrique Cardoso, uma “ascensão”. Por isso o primeiro teria se esquivado do CEBRAP, para não subordinar-se a projeto do segundo.¹ É possível que essa perspectiva enfatize demais as disputas por prestígio no campo científico em momento no qual talvez esse não seja o tópico mais determinante das ações –especialmente no atinente à Florestan Fernandes, essa recusa inaugura uma série de outras da mesma natureza, cujas justificativas compõem um quadro significativo, no interior da reflexão do autor sobre a condição do cientista social.

¹ Com matizes distintas, encontra-se tal linha de entendimento em: ROMÃO, Wagner de Melo. *A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. São Paulo: USP, Departamento de Sociologia, 2003. Dissertação de mestrado; LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: USP, Departamento de Ciência Política, 1999. Tese de doutorado.

É possível se encontrar relato íntimo dessas escolhas nas fontes epistolares de Bárbara Freitag. Em 22/04/1970, o sociólogo lhe confessa acerca da oferta recebida pela Fundação Volkswagen: “São as cicatrizes (do passado) que me tornam um tanto relutante em aproveitar as vantagens que minha posição me proporciona (como o caso da dotação oferecida pela Fundação Volkswagen, com a qual vou fazer o mesmo que já fiz com ofertas análogas da Fundação Ford), e que me levam a agir de forma irracional. Um paradoxo. Tentar ser ‘racional’ por vias irracionais.”² Decerto, numa dinâmica dentro da qual “as criaturas se valorizam através do mercado”, não passa de “uma aberração”³, a razão que atenda a outros fins, daí concluir por sua irracionalidade.

Está em jogo uma espécie de ímpeto para a refuta de atividades incompatíveis com uma concepção de trabalho intelectual que não se enverga diante da racionalidade capitalista. Outros fins, adversos aos do mercado, reincidentem na decisão pela não permanência no Canadá. Apesar de reconhecer as ótimas condições de trabalho oferecidas, demite-se em 1972 do cargo de professor-titular na Universidade de Toronto, para retornar ao Brasil. Como assinala Sylvia Germignani Garcia, o sociólogo não se adequou ao mundo acadêmico internacional em função das más notícias nacionais, pois não há nada “mais distante da perspectiva... do que equacionar a experiência de ruptura violenta de sua carreira acadêmica... contrapondo a visão negativista da situação nacional à consideração positiva de condições de vida e trabalho no circuito dos países centrais da civilização moderna”.⁴

² FREITAG, Bárbara. “Florestan Fernandes por ele mesmo”. *Estudos Avançados*, n.26, v. 10. São Paulo, Janeiro/Abril, 1996, p. 149.

³ Idem.

⁴ Op. cit., p. 21. A atitude consiste em uma expressão da singularidade do sociólogo junto a características históricas da intelectualidade brasileira. É evidente que as condições de pesquisa e vida científica propiciadas pela Universidade de Toronto encerram o dilema moral vivido pelo autor, na base da experiência pessoal que fomenta o tipo de crítica que vem sendo apresentada. Não por acaso, são poucos os relatos sobre suas atividades no Canadá, e, quando esse tópico vem à tona, mesmo em depoimentos distantes no tempo e distintos em sua proposta, daqueles analisados, o dilema é a questão que mobiliza o diálogo. Convém assinalar que, se as recusas de Florestan Fernandes se não são gratuitas, decerto também não são frutos de autoconsciência ou estratégia calculada: “Ao decidir voltar ao Brasil e fixar-me aqui, de fins de 1972... em diante, não avaliara bem o que estava fazendo: eu próprio lancei-me dentro de outro poço, este mais tenebroso. Se consegui sobrenadar, foi por causa do trabalho que sobrava, dos antigos compromissos com a universidade brasileira ou canadense; e das poucas conferências que estudantes e professores (ou o Sedes) me proporcionaram para ser gente...” *A Natureza Sociológica da Sociologia*. Op. cit., p. 14. Com o mesmo teor refere-se ao retorno, em entrevista de 1981, “A pessoa e o político”. In.: *Nova Escrita Ensaio*. Ano IV. N. 8. 1981, p. 22. (Concedida a J. Chasin; Helieth Saffioti, Paulo Douglas Barsotti, Narciso J. Rodrigues Jr., Marilena G.S. Pottes, Ester Vaisman e Paulo Edgar Rezende.)

Outra recusa viria se somar às assinaladas. No primeiro semestre de 1977, Florestan Fernandes lecionou na Universidade de Yale. Na ocasião, recebe “*um convite para assinar um contrato em Yale, por três anos...*”. Novamente, as confissões epistolares são reveladoras: “... *escrevi para casa para sondar as reações da família. Contudo, antes que elas se definissem... Resolvi não aceitar.*”⁵ A recusa ao convite para trabalhar em Yale, encontra, à altura da publicação dos depoimentos n’A *Sociologia no Brasil*, justificativa em sua própria reflexão. A razão para não permanecer na universidade é tributada ao compromisso com a coerência – “*Ao ler a segunda parte de A sociologia no Brasil... verá que não tenho liberdade para agir de outra forma. Não posso dizer uma coisa e fazer outra...*”⁶ – que confere *sentido e dever* à *desvinculação institucional*. Ademais, ao se remeter a uma reflexão própria que alicerça a recusa, conclui: “... *meu ciclo institucional está encerrado. Poderei fazer algo aqui ou ali, mas retomar o trabalho acadêmico, intensivo cerrado não me atrai mais.*”⁷

Não se deve supor que Florestan Fernandes, como Charles Wright Mills entoasse uma “*ode ao fracasso enquanto garantia de integridade*”.⁸ Entretanto, uma desconfiança crescente e sistemática com relação ao prestígio como signo da qualidade do trabalho intelectual – que, oriundo menos de uma dinâmica científica de produção e mais da invasão de parâmetros capitalistas de produção na ciência, é associado mormente à condição de classe média, assumida pelos intelectuais – parece figurar no ímpeto para esses esquivos, ainda que sob diversas justificativas e em diversos níveis de elaboração teórica. Ele se encontra na recusa, tanto dos financiamentos da Fundação Ford e Volkswagen, quanto das fartas condições oferecidas aos pesquisadores de renome pelas instituições internacionais – como a Universidade de Toronto e a Universidade de Yale.

Essas recusas indicam, ademais, que Florestan Fernandes se vê diante de sua própria condição de dissidente intelectual, marginalizado, contudo, de prestígio incontestado – que goza de reconhecimento, e tem aí uma fonte de privilégios. Autoconsciência no fundo de uma indagação como: “*O que poderia eu fazer? Aceitar*

⁵ “Florestan Fernandes por ele mesmo”. Op. cit., p.162.

⁶ Idem, p. 162. O livro a que se refere o autor é: *A Sociologia no Brasil. Contribuição para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977; 2ª edição, 1980.

⁷ “Florestan Fernandes por ele mesmo”. Op. cit., p.162.

⁸ JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais : a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 108.

uma posição que consolidava meu 'nível internacional' e pela qual me acomodaria à autodefesa internacional da ordem capitalista? Ou conduzir-me como uma espécie de 'cruzado sem uma ordem monástica'?”⁹ Os limites do capitalismo, alçados na reflexão pela crítica que se dirige à instituição como a própria representação do limite da ordem, delimita o terreno da crítica à autonomia científica que nele se configura como ilusão mesma, na medida em que é tutelada pelo que a ordem comporta de negatividade que não a destrua. Trata-se de questão que exige equacionamento, num nível prático, evidente nas recusas, e num nível teórico, saliente na indagação. O dilema é assinalado: as benesses do prestígio ou a militância inócua. *No primeiro lhe falta sentido político, no segundo lhe falta abrigo institucional.*

Seria no dramático episódio da Anistia política de 1979, que essa perspectiva se realizaria cabalmente, com o requinte típico do autor, de sintetizar na própria conduta dilemas gerais e manifestações particulares do capitalismo na periferia. Num trabalho que procure aglutinar a interpretação do autor para os processos globais às considerações da conjuntura, é proveitoso que, a partir de uma decisão como esta, fique sinalizada sua tomada de posição no que tange também à própria abertura política. Para ele, a anistia, se está relacionada a um contexto geral de luta política, é *“alguma coisa que a ditadura é obrigada a fazer exatamente para se conservar...”*¹⁰ Por isso, não poderia aceitá-la. Assevera: *“E não fui só eu (que não voltou)... Fernando Henrique... Octávio Ianni também não... As razões que levaram a ditadura a nos expulsar da universidade subsistiam, a ditadura não estava abatida, como ela ainda não está. E a ditadura que nos expulsou da universidade e assumia, ela própria, a iniciativa de nos recolocar lá... era um processo falso.”*¹¹ Ora, *“voltar era um problema político”*.¹² Nesse sentido, a anuência da ditadura militar aos intelectuais dissidentes na Universidade não passa de uma estratégia entre tantas assinaladas no longo processo de distensão e abertura pelo qual ela legitima a si mesma, no mesmo passo em que pretende normalizar suas funções na institucionalidade democrática.¹³ Não há dúvidas

⁹ FERNANDES, Florestan. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1980, p. 13. Os grifos em sublinhado são todos meus.

¹⁰ “Entrevista concedida a José Albertino Rodrigues, UFSCar”. Publicada em setembro / outubro de 1983. In.: *Cientistas do Brasil. Depoimentos. Edição Comemorativa dos 50 anos da SBPC*, 1998 p. 73.

¹¹ Idem, p. 73.

¹² Idem.

¹³ Nas longas prospecções sociológicas na conclusão d’*A Revolução Burguesa no Brasil*, o tipo de distensão ratifica a idéia de que o propósito é a permanência e a incorporação do modelo autocrático à

acerca da resposta à indagação: “*O que (o retorno à USP) resolvia ? O nosso problema, o problema da universidade ou o problema da própria ditadura?*”¹⁴ Nos termos do autor, a anistia resolve os problemas do próprio sistema político.¹⁵

Por reconhecer traços em sua própria condição daquilo que refuta como condição para o trabalho científico legítimo, o autor parece calcular sua conduta dentro de um espaço que possa recusar seu próprio prestígio, opor-se à ordem, e particularmente à sua concretização no modelo político que representa a ditadura militar. Se essa problemática está no cerne da recusa em retornar à USP, a adesão aos quadros da PUC-SP em 1977 também é marcada por ela. Com efeito, é esmerado naquela segunda parte d’*A Sociologia no Brasil*, de que lançou mão para explicar sua recusa a Yale, que o autor justificaria o aceite do convite: “... *comecei a lecionar na PUC, tentando pôr em prática a linha de trabalho que recomendo em ‘Sociologia como contestação’ (agora cap. 7 em A sociologia no Brasil, já esgotado)*.”¹⁶ Com efeito, aí pululam indicações para uma “linha de trabalho”, sendo mesmo possível encontrar as diretrizes da inserção de Florestan Fernandes na PUC-SP. A circunstância de que o próprio convite ocorra paralelamente à produção dos depoimentos autobiográficos em que consiste a parte segunda dessa publicação deve ser retida: sendo convidado a lecionar na PUC-SP quase simultaneamente ao momento em que faz afirmações nada canônicas acerca da instituição universitária, o vínculo estabelecido não poderia recuperar seu padrão pretérito de adesão institucional, senão *ab ovo*, definir-se crítico e anti-canônico. Esses aspectos devem ser contempladas junto à produção do autor como

estrutura de funcionamento *normal* do Estado: “... *não se pode dizer que tal ditadura de classe seja transitória e que culmine num sistema político destinado a esvair-se, paralelamente à eliminação dos riscos ou ameaças que ‘perturbem a ordem estabelecida’...o que entra em jogo é um processo de reorganização das estruturas e funções do Estado nacional, nas condições historicamente dadas de relações de classe.*” FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1976, p 350.

¹⁴ “Entrevista concedida a José Albertino Rodrigues, UFSCar”. Op. cit., p. 73.

¹⁵ Reconhecer as delicadas relações pessoais que esse e outros episódios envolvem não significa torná-las objeto de análise. Ademais, ao que tudo indica, o autor faz questão de precisar o papel delas em sua decisão: “... *se há algum equívoco, pode ser desfeito... a célula mater é a Universidade de São Paulo... eu não culpo os meus colegas pelo que aconteceu. Eu não estou tentando punir os meus colegas ou punir a mim mesmo... está em jogo um processo político...estamos em luta contra a ditadura e nessa luta é preciso que cada qual entenda que há coisas que são inevitáveis*”. (Idem, p. 74)

¹⁶ FREITAG, B. “Florestan Fernandes por ele mesmo”. Op. cit., p. 164. À auto-referência no interior de sua obra, poderia ser dedicado um capítulo à parte – o procedimento é intenso no período em tela, e se vincula à reposição “*em um contexto histórico novo*” de “*velhas preocupações*” (*A Sociologia no Brasil*. Op. cit., p. 123). A comparação entre “Sociologia como Afirmação”, de 1962, de *A Sociologia Numa Era de Revolução Social*, e “Sociologia como contestação”, de 1976 – textos que guardam uma analogia com relação à sua própria organização e paradigmáticos da publicação que integram – seria um dos pontos altos desse hipotético capítulo.

docente da PUC-SP e à denominação com a qual sintetiza sua atuação, ao se reportar a alunos e professores da PUC, devotando a eles sua gratidão pela oportunidade exercer a “*desobediência civil*” na esfera acadêmica.¹⁷

A primeira questão que poderia se colocar diz respeito à coerência entre as recusas institucionais de Florestan Fernandes, as sugestões de uma necessária ruptura com as instituições deixadas por seus depoimentos e a adesão aos quadros da PUC-SP. Não se pode deixar de assinalar que a instituição era um dos redutos de agrupamento dos setores intelectualizados, que, sob o escudo de D. Paulo Evaristo Arns criticava e opunha-se à ditadura militar. Esse aspecto salienta que o ambiente e os propósitos da vida universitária em nada se assemelhava ao modelo de universidade e ciência em constituição que caracterizava a USP e o projeto acadêmico de Florestan Fernandes. Não ilumina, entretanto, a razão de sua adesão, uma vez que o mesmo propósito definia outros espaços, como o Cebrap, ou a *Folha de São Paulo*¹⁸, aos quais não aderiu nesse momento. As razões parecem estar em outro âmbito.

A singular inserção institucional de Florestan Fernandes se expressa lapidariamente no estranhamento confesso com relação à própria prática. No que se refere à condição de docente, afirma: “*Poderia parecer que deveria ficar contente. Não fiquei. A minha reação é melancolia. Perdida a identidade profissional, o ensino não traz aquelas compensações tão maravilhosas... O meu momento já passou... A magia... se quebrou há tempo e eu contento-me com esse desdobramento do artesão que sempre viveu dentro de mim.*”¹⁹ A seus alunos confessaria em aula inaugural: “*Não pretendia voltar nem à condição de professor, nem aos temas acadêmicos...*”²⁰ O autor não poupa seus alunos do retrato sincero de sua condição: “*... retomo a ligação institucional... Todavia, já não sou nem a mesma pessoa nem o mesmo sociólogo... esse período de crise fermentativo levou-me a frustrações demasiado profundas... a verdade sobre as instituições e seus tipos humanos, os movimentos políticos e sua consciência sobem à tona. O Brasil se revelou melhor para mim ...*” ; “*... a sociologia perdeu o seu encanto... o sociólogo profissional converteu-se numa pessoa que luta mais... para*

¹⁷ FERNANDES, Florestan. *Apontamentos Sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. XIX.

¹⁸ Conforme análise de Carlos Alberto Furtado de Melo em *Imprensa e Democracia: a transformação da Folha de São Paulo e a Criação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: PUC-SP, Departamento de Ciências Sociais, 1996. Dissertação de mestrado.

¹⁹ FREITAG, B. “Florestan Fernandes por ele mesmo”. Op. cit., p. 164.

²⁰ *A Natureza Sociológica da Sociologia*. Op. cit., p. 13.

preservar e reforçar sua condiçãozinha de classe média – do que pela verdade... revolucionária da explicação sociológica... sob o capitalismo e dentro de uma sociedade capitalista ('forte' ou 'fraca', democrática ou autocrática), os controles externos e a repressão da imaginação criadora corroem tanto a sociologia como ciência, quanto os papéis intelectuais construtivos do sociólogo."²¹ O desencanto é passo que leva à crítica, e também se mescla ao desarranjo da identidade, como faces de um mesmo processo doloroso –talvez por isso ela seja ressaltada em sua *apresentação* inicial do curso. Trata-se de perda de referências da vida intelectual, profissional e política – âmbitos que de alguma forma eram tangenciados, em diferentes níveis, por sua vinculação com a instituição.²²

Ao "... *desencanto em relação aos papéis profissionais do sociólogo...*"²³, que preside as declarações com relação ao *papel docente*, soma-se o estranhamento com relação ao *trato dos temas*, marcado pela *não especialização*. As advertências são uma constante nas publicações oriundas dos cursos lecionados. Em *Apontamentos Sobre a 'Teoria do Autoritarismo'* afirma: "*Na verdade, não sou cientista político nem tenho credenciais para... um curso sobre matéria tão complexa. Não obstante, aceitei o convite...*"²⁴ Ressalva de mesma espécie encontra-se na abertura de seu famoso curso sobre a revolução cubana.²⁵ Segundo ele: "...o assunto transcidia minhas qualificações..."²⁶ Por isso, "*devo justificar-me. Não sou especialista em Cuba e uma revolução tão complexa quanto a revolução cubana exige mais que uma improvisação*

²¹ Idem, p. 13-14.

²² "... se fui alguma coisa em minha vida, fui um universitário... no sentido pleno da palavra. A tal ponto que quando deixei de ser universitário, fiquei desarvorado. Eu não sei para onde vou. Estou numa crise que é psicológica, é moral, é política. Em grande parte porque, na medida em que não tenho grande interesse em ser professor de sociologia no exterior, e não podendo sê-lo aqui, perdi um ponto de referência e de identidade..." *A Condição de Sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 70 –presente, a despeito de quase dez anos passados, como o deslize do tempo verbal no sublinhado sugere.

²³ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura. São Paulo no meio do século XX*. Bauru: Edusp, 2001, p. 251.

²⁴ Op. cit., p. XIX.

²⁵ Ainda que não seja matéria desta pesquisa, é válido comentar. As aulas sobre a revolução cubana também foram ministradas como curso livre, no próprio prédio do Departamento de Ciências Sociais da USP, no segundo semestre de 1979 – o que sugere um retorno subversivo e não oficial à *célula mater*. Sugestão verossímil, especialmente, se tivermos em vista que um pseudo-aluno, agente da polícia política, assistiu a todo o curso, e registrou detalhadamente em anotações seu conteúdo. Esse material pode, atualmente, ser encontrado o Arquivo do Estado. Consiste em considerável parcela da documentação reunida sob o nome de Florestan Fernandes.

²⁶ FERNANDES, F. *Da guerrilha ao socialismo: A Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979, p. 3.

necessária e feita com ânimo construtivo.”²⁷ Portanto, “*saliento que este curso possui um caráter elementar e introdutório. Nunca avançarei além das fronteiras que poderão ser exploradas com base nos conhecimentos e na experiência que possuo e, ainda que isso aborreça vocês, terei de repetir... os limites que decorrem de uma sondagem exploratória*”.²⁸ O estranhamento saliente nessas ressalvas recorrentes se liga a uma prática inédita e avessa àquela que define seu percurso inicial. Se em sua primeira inserção institucional esteve ligado à tendência mais adiantada da modernização e institucionalização das ciências sociais em curso; aqui se coloca na contramão da tendência, na medida em que sua não especialização consiste numa subversão dos parâmetros valorativos, definidos em torno da figura do especialista profissional, fruto do processo modernizador autoritário empreendido massivamente pelo regime militar.²⁹ Entretanto, a relevância e o propósito políticos colocam o tema em pauta, e, portanto, justifica o enfrentamento.³⁰

Não se esgota o prisma de significações dessa prática sem considerar a mescla de estilos empreendida, que subverte igualmente os ditames da especialização em curso. Reincidem as ressalvas, as justificativas, o autoquestionamento³¹, indicativos mesmo de que o autor não está incólume às metamorfoses no estilo de sua reflexão. No atinente a esse aspecto, sobressai, contudo, uma ambígua conclusão, acerca da necessidade do

²⁷ Idem, p. 4.

²⁸ Idem.

²⁹ Os dados quantitativos são realmente espantosos – e são encontrados em análises perspicazes: ORTIZ, Renato. “Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil”. *Novos Estudos*, n.27. São Paulo, julho de 1990. VIANNA, Luiz Werneck. “A institucionalização das ciências sociais e a reforma social; do pensamento social à agenda americana de pesquisa”. In. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997; MICELI, Sérgio. “O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil”. In.: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.2. São Paulo: Sumaré, 1995, p. 10.

³⁰ O exemplo cabal de relevância diz respeito à própria revolução cubana: “...*pensava que era necessário arcar com o ônus da improvisação, pelo menos até que se consiga abrir um espaço adequado para o estudo do socialismo no mundo moderno, em geral, e de Cuba socialista, em particular, dentro das atividades de ensino e de pesquisa na universidade brasileira*”. (Idem, p. 3). E quanto ao propósito motor, afirma nos *Apontamentos Sobre a ‘Teoria do Autoritarismo’*, que os publica para que viceje o testemunho da produção daqueles que foram “excluídos” e “despojados”, mas não pararam, em “desertaram”. (Op. cit., p. XX)

³¹ Justifica-se, questiona-se ao apresentar *Apontamentos Sobre a ‘Teoria do Autoritarismo’*: “*Por que publicar tais apontamentos? Porque eles dão testemunho de nossa produção... excluídos da universidade e despojados de nosso meio... não paramos... ao contrário!...*”. (Op. cit., p. XX). Também sobre *A Natureza Sociológica da Sociologia*: “*Por que aproveitei apontamentos de aula para preparar um livro?... ao ordená-los, o livro sempre esteve tão presente quanto as aulas, o que permite uma leitura corrente... O ideal teria sido ficar entre a exposição oral e os apontamentos...*” (Op. cit., p. 10). Quanto ao curso sobre Cuba, afirma: “*A sugestão de editar as anotações partiu diretamente dos estudantes que trabalharam com elas por meio de cópias... Não tinha a intenção de publicar as anotações... Cuba e a revolução cubana estão muito acima de um trabalho... relativamente improvisado*”. (Op. cit., p. 1).

esforço e da deficiência do resultado: “*Nunca tentara... combinar a necessidade de dar aulas com a vontade de escrever um livro... depois de feita a experiência... ela me parece errada de uma perspectiva pedagógica. Um texto demasiado enxuto para livro, e demasiado extenso como roteiro de aula, acaba sendo mau para a eficácia didática do professor*”.³² A falha do âmbito pedagógico, contudo, se coloca ao lado do objetivo precípua do diálogo político, e, na figura dos estudantes encontra a possível a ampliação de pares, para a qual concorre a flexibilidade nos contornos da linguagem e do estilo. Isso fica evidente ao refletir sobre as condições favoráveis para a reflexão que publica em *A Natureza Sociológica da Sociologia*: “*A aspiração de escrever um ensaio desta natureza vem de longe. E, de fato... somente agora – e combinando livro com aula – posso levar a cabo a tarefa. Se tudo fica relativamente ambíguo (não temos um livro nem um conjunto de aulas, estritamente falando), o fato de voltar a idéias tão essenciais para mim, com a obrigação fundamental do diálogo, tem uma importância psicológica e política marcante.*”³³ A mescla entre livro e aulas se liga ao imperativo primeiro que subordina a adoção do estilo. A “*obrigação*” exige a mescla, que por sua vez propicia ao autor o “*diálogo*” político possível nas condições de relativo isolamento, censura e perseguição em que se encontra.

O estranhamento parece se tecer por conta de uma comparação implícita com a atividade do *scholar* típico-ideal, desempenhada entre os anos quarenta e meados dos sessenta na USP, tendo sob sua batuta a Cadeira de Sociologia I. Por isso, esses sensíveis incômodos – com relação ao papel docente, à não especialização nos temas tratados e à mixagem de gêneros que preside a reflexão – convergem para a delimitação da noção de “desobediência civil” com a qual o autor confere sentido à atividade na PUC-SP.³⁴ Tudo se passa como se aí se elaborasse uma *violação da autonomia*

³² *A Natureza Sociológica da Sociologia*. Op. cit., p. 11

³³ *Idem*, p. 10.

³⁴ O propósito se faz vibrante quando indagado acerca de sua nova “institucionalização”: “... *eu não me incorporei à PUC... fiquei com uma carga de trabalho mínima, não institucionalizei meu trabalho... é uma coisa estranha que eu e a PUC possamos conviver assim... me recusei a dirigir teses, me recusei a orientar trabalho de mestrado, trabalho de doutorado, trabalho administrativo... potencieei o mínimo na área do ensino... eu sou o mais parcial dos professores de tempo parcial.*” (“Entrevista concedida a José Albertino Rodrigues, UFSCar”. Op. cit., p. 74). É certo que o sociólogo já foi reduzido à condição de classe média e o desencanto invadiu a afeição pela ciência, arvorada nas promessas da modernidade. Contudo, ao assinalar o desprendimento com relação à condição institucional – “...*sou grato à PUC, enquanto for possível manter esse modus vivendi. Se ele não for possível, também não é tão necessário ao ponto de que eu não me desfaça dele...*” (*Idem*, p. 74) – e a redução desta ao mero “emprego”, em termos pessoais, equivalente, portanto, a qualquer outra atividade remunerada – “*estou sobrevivendo de dar aulas, mas poderia ocorrer o fato de que eu não pudesse dar aula, e se eu precisasse sobreviver, e a*

institucional, paradoxalmente representada de forma modelar pelo próprio autor no passado, ao defender a formação do pesquisador e do professor como tarefa da universidade, a profissionalização e a institucionalização das ciências sociais, vincadas à precisão da linguagem científica.³⁵

E no entanto, qualquer outra espécie de vínculo com a instituição universitária e qualquer adesão aos parâmetros de prestígio profissionais seriam incompatíveis, com os rumos de sua reflexão. Primando pela coerência na qual se declara empenhado, com efeito, a atividade no interior da instituição é legítima justamente por promover a violação assinalada, entendida enquanto subversão da autonomia institucional, tomada como ilusória em sua configuração coeva – forma que toma a negação da ordem, a partir de seu interior.³⁶ Por isso, é a ela que se dirige precipuamente a noção de “desobediência civil”, expressão de suas concepções políticas, traduzidas na inserção na PUC-SP.

Interessa ainda tomar o significado dessa nova relação institucional no atinente aos rumos que adquire a reflexão sobre o intelectual. Pode-se afirmar, sinteticamente, que essa nova espécie de inserção institucional media a mudança de relação com a própria teoria e a modalidade de autoquestionamento que emerge na produção do sociólogo na PUC-SP é uma espécie de *crítica teórica*. É Heloísa Fernandes quem apreende essa transformação, ao prefaciар *Apontamentos Sobre a ‘Teoria do Autoritarismo’*: “... inicia (o autor) pela crítica contundente e definitiva não só à

aposentadoria não desse para sobreviver, ou se qualquer outra coisa me impedisse de sobreviver, eu teria que fazer algum outro trabalho. E eu iria fazer...” (Idem) – indica um dos rumos em curso da reflexão sobre a condição intelectual: a sua proletarianização.

³⁵ Por isso, o tom das justificativas assinaladas se assemelha ao de uma “prestação de contas”, cuja interlocução é estabelecida com seu próprio passado: “... procuro ligar os dois lados da minha personalidade, que ficou tão dividida por duas compulsões muito fortes – a de ‘fazer ciência’ e a de ‘participar do movimento socialista’ – mas que não encontraram, nas condições em que funciona a universidade no Brasil, meios favoráveis de entrosamento produtivo.” *A Natureza Sociológica da Sociologia*. Op. cit., p. 12.

³⁶ É latente uma questão quando se fala da inserção de Florestan Fernandes na PUC-SP: sua histórica querela com as escolas confessionais e privadas nos anos cinquenta, por ocasião da Campanha pela Escola Pública. (Assinalado por José de Souza Martins. “A morte de Florestan e a morte da memória”. *Estudos Avançados*, n.26, v. 10. São Paulo, Janeiro/Abril, 1996, p. 41). O próprio sociólogo se referiria a isso da seguinte maneira: “... não foi fácil a decisão de aceitar o convite de trabalhar na PUC... hesitei não tanto por ser uma escola particular, mas por ser uma universidade confessional, uma universidade católica, e eu não sou na verdade católico, como marxista sou ateu, e para mim era um problema...” – encaminhado, contudo, uma vez que “... há princípios, há fins (na escola católica) que não correspondem aos de uma escola pública.... Mas eu não estava tentando resgatar a minha filosofia política, estava tentando mostrar que nós podíamos sobreviver trabalhando, e aceitando as condições que nos eram generosamente oferecidas pela PUC. (“Entrevista concedida a José Albertino Rodrigues, UFSCar”. p.73-74).

própria teoria que empresta realidade ao conceito... como denuncia as forças sociais subjacentes a esta teoria, forças através das quais 'a defesa da ordem se instaura no horizonte intelectual do cientista político'..."³⁷ Com efeito, o trabalho não aponta falhas na elaboração da teoria, mas toma a teoria por objeto. Em detrimento do procedimento básico do sociólogo, da “aplicação” da teoria; a crítica teórica, a busca por sua natureza política, torna-se o *princípio do exame* da mesma.

Trata-se de um tipo de abordagem cuja problemática se dirige não apenas à extração das conseqüências políticas das posturas teóricas, mas procura o fundamento social e político, no qual se sustenta a teoria. Por isso, no caso do trabalho prefaciado por Heloísa Fernandes, “denuncia a problemática do adversário que elabora e justifica o conceito mesmo de ‘autoritarismo’, conceito que permanece comprometido com a crítica liberal burguesa e cujo verdadeiro oponente não é, de fato, a ditadura fascista, mas a revolução proletária e a democracia popular”.³⁸

A crise com relação aos parâmetros institucionais e a subversão dos mesmos em sua desobediência civil se expressam nesse novo trato da teoria – conformando os traços de uma crítica teórica. A não especialização oferece outra perspectiva de apropriação que não o uso teórico dos conceitos em *strito sensu*; a mixagem do estilo é favorável à exploração dos sentidos da teoria, menos fechada que sua “aplicação” – e, aquele desencanto na base da experiência propicia a condição básica de redução da teoria a objeto de análise. A passagem pela PUC-SP é fundamental, portanto, não como um retorno “menos intenso” à universidade. Mas por promover a condição de negação da ordem no âmbito da esfera institucional, na qual Florestan Fernandes alça o questionamento da instituição ao questionamento do processo de produção teórica *pari passu* à sua própria produção metateórica. Trata-se de passo decisivo para a elaboração de um novo modelo de intelectual alicerçado em *outro processo de produção de conhecimento*.

Dentre os cursos que leciona aquele no qual o princípio da crítica teórica orienta o trato da própria teoria sociológica, apreendida em sua historicidade, atravessada pela luta de classes foi ministrado no primeiro semestre de 1978 e resultou na publicação *A Natureza Sociológica da Sociologia* – conformando um espaço reflexivo que se desdobraria em redefinições na identidade intelectual. É imperativo, por isso, que nos

³⁷ FERNANDES, Heloísa. Prefácio. In.: *Apontamentos Sobre a “Teoria do Autoritarismo”*, p. XII.

³⁸ Idem.

detenhamos, ainda que a costumeira complexidade, grande extensão de texto e domínio de referenciais teóricos habitem seus apontamentos de aula, legando a nós uma exposição meramente aproximativa, orientada pela pertinência aos desenvolvimentos futuros.

A denominação original da disciplina, “A Sociologia Numa Era de Crise da Civilização” evoca, no interior de sua produção, *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* e no interior de sua bagagem sociológica o clássico de Mannheim, *A Sociologia Numa Era de Reconstrução Social*. Não repõe, contudo, as áureas expectativas na base da produção dessas obras. Mergulhada numa *crise de civilização* – noção corrente em seus escritos para sinalizar o acirramento da luta de classes e de modelos para a civilização moderna, capitalismo e socialismo³⁹ – é o bosquejo das condições que propiciam o conhecimento e a concepção do social, que deve orientar a reflexão. A epígrafe da publicação não é de menor significação: “*Os economistas nos explicam como se produz nestas relações dadas, mas o que eles não nos explicam é como estas relações se produzem, isto é, o movimento histórico que as faz nascer*”.⁴⁰ O conhecido

³⁹ A presença crescentemente marcante dessa noção se faria sentir de forma decisiva na análise da própria Sociologia, que tomada segundo esse eixo, para o autor, escapa a uma tendência intelectualista – pois a “... *crise não é somente uma crise intrínseca à sociologia como e enquanto ciência. Ela é uma crise de civilização, que envolve um conflito de vida e morte entre capitalismo e socialismo... o conflito hoje não é intelectual, não se localiza no interior da sociologia.*” (*A Natureza Sociológica da Sociologia*. Op. cit., p. 66-67). É válido assinalar que o autor articula a noção de intelectualismo à crítica que supõe a solução do dilaceramento sociológico ainda no interior da própria ordem capitalista, por pensar a crise como específica do campo científico – saliente na limitação apontada em Wright Mills e Gouldner, cuja “*sociologia crítica... não se preocupa em indagar se e como as transformações recentes do capitalismo apanharam em seu bojo os papéis intelectuais do sociólogo, a estrutura do pensamento sociológico e a interação entre sociologia e sociedade de classes na era do avanço do socialismo.*” (Idem, p. 64); uma vez que “*ainda há esperança de que os ‘usos’ e ‘abusos’ da sociologia podem ser consertados dentro e sob o capitalismo... a imaginação sociológica e a sociologia crítica não se propõem o quanto são deformadas e destruídas por condições intrínsecas ao capitalismo, à sociedade de classes e ao Estado democrático-representativo*” – resultando numa orientação “*crítica*”, *ma non troppo*. (Idem, p. 68). Note-se o raciocínio subterrâneo: é tomando como hipótese a revolução socialista, que apreende a natureza da revolução burguesa e da ordem capitalista. A via pela qual a solução da crise da ciência se resolve apenas numa sociedade revolucionária, aberta nessa reflexão, é central para os rumos seguintes.

⁴⁰ Op. cit., p. 5 (citado). O escopo da apresentação não contempla a discussão com relação à *natureza histórica ou sociológica* do tipo de tratamento recebido pela Sociologia. Vale ressaltar, contudo, que as aproximações e distanciamentos de Florestan Fernandes à História e à Sociologia consistem em matéria fértil para estudo dedicado às difíceis zonas fronteiriças disciplinares, que, insatisfeito com o âmbito exclusivamente teórico do assunto, pudesse escandir as imbricações entre elas, as transformações dos equacionamentos em tela e a dinâmica imposta pela conjuntura política, de sentidos múltiplos, a serem, urgente e contemporaneamente, apreendidos. Carlos Águedo Nagel Paiva, na segunda seção do capítulo terceiro de seu trabalho de fôlego, seria talvez bom ponto de partida para o desenvolvimento desse estudo – pois discute esse aspecto, no atinente à concepção de *A Revolução Burguesa no Brasil*, chegando mesmo a afirmar que o título ideal da obra seria: *A (contra)-revolução burguesa no Brasil: um ensaio de interpretação histórica. (Capitalismo dependente e (contra) revolução burguesa no Brasil; um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1991. Dissertação de mestrado).

jargão de *Miséria da filosofia* aqui se prestaria a confessar a ambição do autor: apreender na raiz, portanto, radical e historicamente, a existência do conhecimento sociológico.

Para Maria Arminda do Nascimento Arruda, n' *A Natureza Sociológica da Sociologia*, o que se observa é a “... revisão das suas posturas... O que aparece em cena é a sua dificuldade em reconciliar-se com as aspirações e crenças do passado.”⁴¹ Com efeito, ao retomar *A Sociologia Numa Era de Revolução Social*, o autor parece mesmo sinalizar o *modus operandi* distinto e oposto da reflexão sobre o cientista social. É em definitivo invertida a perspectiva que preside *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* – em que parte dos problemas e dos impasses da inserção do intelectual e chega às suas responsabilidades para solucioná-las. Em *A Natureza Sociológica da Sociologia*, ele parte das responsabilidades da sociologia crítica e militante e chega aos seus próprios limites. Se há, em ambas, elementos analíticos e elementos normativos, em *A Sociologia Numa Era de Revolução Social*, a força da análise se presta à finalidade da normatividade, ao passo que *A Natureza Sociológica da Sociologia* é a análise que subordina toda prescrição, que a desencanta e a inviabiliza, cerrando-se no apontamento dos limites. Tudo se passa como se o ponto de chegada *A Natureza Sociológica da Sociologia*, a problematização, fosse o ponto de partida em *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* – pois os problemas eram vislumbrados como passíveis de solução.

Se acordarmos com Octavio Ianni, que há “... uma sociologia do cientista social no conjunto da obra de Florestan Fernandes”⁴², podemos afirmar que nessa obra tais reflexões se cristalizem como tal, na medida em que o cientista social e a Sociologia se tornam efetivamente um objeto da análise. A conduta pressuposta numa análise sociológica da Sociologia é que esta perca o protagonismo enquanto sujeito das transformações e ganhe relevo enquanto objeto para aquele que a analisa. Se esse declínio é enunciado em 1970, quando a aposentadoria compulsória detona intenso processo de auto-reflexão acerca da derrota política de seu projeto intelectual; é, contudo, nessa reflexão que se torna definidor do modo de conceber sociológica e historicamente a Sociologia. Por essa razão *A Natureza Sociológica da Sociologia* é texto tributário do exercício de revisitação crítica do passado, fundamento da reconstituição autobiográfica dos mencionados depoimentos. Pois ele propicia duas

⁴¹ *Metrópole e Cultura*. Op. cit., p. 251.

⁴² Op. cit., p. 30.

condições básicas para a redução do *métier* a objeto: a dessacralização⁴³ e a segregação do analista com relação à sua identidade como cientista – pois tomar a própria prática como objeto implica em transformar parte de si em objeto também – ambas as condições identificadas com a *desobediência civil* na esfera acadêmica.

Ao conceber os rumos históricos inscritos na revolução burguesa em oposição à revolução socialista, Florestan Fernandes delinea a situação da ciência nos quadros do capitalismo monopolista e do “socialismo de acumulação”.⁴⁴ A precípua diferença entre revolução burguesa e socialista consiste nas progressivas vinculações políticas definidoras da relação entre a classe social e a ordem que ela instaura. Enquanto a burguesia passa de revolucionária a reacionária, conduzindo sua revolução à contra-revolução; o proletariado seguiria um caminho inverso: “... *ao contrário da transformação capitalista, a transformação socialista possui um pêndulo revolucionário: o desaparecimento da apropriação privada dos meios de produção elimina... a coalescência de estratos privilegiados e... a gravitação que leva uma classe a ser ‘revolucionária’, em uma época histórica; ‘dominante’, em outra; e ‘contra-revolucionária’, em seguida.*”⁴⁵ Por ser um processo *permanentemente revolucionário*, inclusive com relação a si mesmo na medida em que deve se superar para chegar ao objetivo final, o comunismo, de que o socialismo é etapa; a ciência envolvida não estagna, mas acompanha o movimento de permanente superação com relação à ordem inicialmente instaurada.⁴⁶

⁴³ Ironicamente, Jean-François Sirinelli sentencia: foi “*quando o intelectual começou a descer de seu trono que sua história pôde se tornar uma história sem majestade*”. (“Os intelectuais”. In. RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. FGV. São Paulo: FGV, 2003, 2ª ed., p. 240).

⁴⁴ Como é habitual, Florestan Fernandes, ciente dos riscos que corre, faz questão de pontuá-los. Apreender a historicidade no ângulo da luta de classes que conforma as elaborações teóricas e a própria natureza de uma ciência poderia sugerir vulgaridade indesejada. Daí a advertência inicial no curso – “*Não vim aqui para defender a sociologia... o que (isso)... representa? Também, não vim fazer ataques infantis à sociologia.*” (*A Natureza Sociológica da Sociologia*. Op. cit., p. 14.) – e as permanentes ressalvas, “*é cômodo falar em uma ‘ciência burguesa’... e ceder-se a essa linguagem*” que descarta os problemas efetivos. (Idem, p. 20). Com efeito, nem “ciência proletária” ou “ciência burguesa” delimitam a problemática, pois não são as classes, mas as respectivas ordens que instauram, a referência primeira, para delimitar as condições sócio-históricas de constituição da síntese universalizante no horizonte da ciência.

⁴⁵ *A Natureza Sociológica da Sociologia*. Op. cit., p. 87.

⁴⁶ Em suas palavras: “... *as ‘realizações socialistas’... não se medem pelo grau de estabilização da ordem existente... (a estabilização) é percebida e valorizada como ‘etapa’, como ‘meio para outro fim’, como ‘garantia de continuidade’; no centro e no ponto final... coloca-se o advento do comunismo... A consciência social socialista possui... um caráter revolucionário...*” (Idem, p. 108).

Em decorrência disso, não se pode equiparar a autonomização da ciência no interior do processo histórico de consolidação da burguesia como classe dominante com o processo de constituição da ciência sociológica no processo histórico de desenvolvimento do socialismo. As transformações na natureza política da revolução delimitam os rumos do que pode ser a ciência social nos dois contextos.⁴⁷ Há, no bojo da revolução socialista, uma redefinição da relação entre *ciência e civilização*, pois ela não conta com a necessidade de contenção da ciência, liberta então das coerções históricas, típicas da progressiva centralização de poder econômico e político no capitalismo, cujo ápice identifica em seu presente corrente.⁴⁸

Para a análise do presente, o autor quer então “... *examinar como a alteração do status da burguesia repercute no íntimo do ‘pensamento burguês’...*”⁴⁹ – orientação que esquadrinha o tipo de pensamento sociológico produzido no, pelo e para o capitalismo monopolista. A tenebrosa condição a que se vê legado está vinculada à tendência crescentemente autoritária inscrita nas mutações desse *status*.⁵⁰ O capitalismo

⁴⁷ A liberação da ciência está vincada à liberação social de suas próprias coerções: “*Nesse universo histórico-cultural... deixa de existir a necessidade histórica de frear a ciência e de prendê-la a uma tecnologia incorporada às estruturas e aos dinamismos de reprodução da produção capitalista e da ordem social correspondente. A ciência e a tecnologia são crescentemente liberadas de servidões visíveis ou invisíveis, diretas ou indiretas, destrutivas ou não.*” (Idem, p. 100).

⁴⁸ Dentre os problemas tratados pelo autor, encontra-se o das origens da sociologia, ligadas à modernidade e à ascensão burguesa. Assim, “... *a sociologia reflete o caráter antagônico da civilização capitalista... e não poderia ser diferente, dada a sociedade que a engendrou e os dilemas sociais que ela enfrentava.*” (Idem, p. 27-28). O conflito político definidor da sociedade de classes se reverbera nas duas vertentes sociológicas que o autor identifica nessas origens: “sociologia da dominação” e “sociologia da revolução”, respectivamente, como afirmação que extrai da ordem sua eficácia; e de negação que a apreende segundo um processo histórico, no caminho de um futuro, substantivamente distinto do presente. O autor assinala uma hierarquia entre ambas, pois a negação promove o avanço, histórico e científico; ao passo que a afirmação os paralisa; e procura os vínculos entre as sucessivas passagens das respectivas revoluções e a o tipo de ciência que promovem – ainda que nuançando a correspondência entre as “fases” da revolução burguesa e a conformação da sociologia, em razão do descompasso entre as esferas da própria civilização burguesa. (Idem, p. 35)

⁴⁹ Idem, p. 20.

⁵⁰ A questão da “concentração do poder” é decisiva para o autor e insere-o na discussão acerca da *natureza fascista* do poder burguês. Para Florestan Fernandes, o “*elemento autoritário*” consiste em “*componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do ‘sistema democrático capitalista’.*” (*Apontamentos Sobre a “Teoria do Autoritarismo”* Op. cit., p.8). Intrínseco e em crescimento “*com a passagem para a fase de crise e de possível desmoronamento...*” (Idem, p 13). Assim, a relação de dominação na sociedade capitalista, após a burguesia ter deixado de ser revolucionária, são relações autoritárias, segundo uma normalidade, e não exceção. Seria bem-vindo um estudo que se propusesse a investigar nuanças dos conceitos de “autoritarismo e fascismo” nos textos desse período. Certamente, daria conta de assunto controverso: a “ausência” de Antonio Gramsci em Florestan Fernandes. Até onde é possível acenar aqui, além do evidente elemento “modista” na adoção teórica do italiano em fins dos anos setenta (Ver: SECCO, Lincoln Ferreira. *A Recepção das Idéias de Gramsci no Brasil*. São Paulo: mimeog, 1998. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Universidade de São Paulo.), essa ausência se vincula precisamente ao entendimento nos termos desse “fascismo”, no qual a hegemonia prescinde de “*convergências negociadas’ e, portanto, das*

monopolista dispensa as clássicas funções tributadas pela tradição marxista à ciência burguesa como ideologia, função originária da sociologia junto à burguesia revolucionária, pois dispõe, ele próprio de sua “*tecnologia social extracientífica*” para a qual é desnecessária a explicação de mundo segundo um paradigma burguês da ordem.⁵¹ Não é, portanto, “... na ‘fetichização dos conceitos’ nem na mistificação do real que reside o engajamento pró-ordem existente no pensamento sociológico ‘liberal’ ou ‘conservador’”⁵², mas na emergência da ordem na própria forma de se produzir a ciência social.⁵³

Ela se processa através da especialização, que cumpre um papel marcadamente distinto ao da “*predisposição pura para a prática de um ‘idealismo científico’*”⁵⁴ dos clássicos. No capitalismo monopolista, a profissionalização requerida seria a “... *última etapa da domesticação da ciência (no caso, a sociologia) pela tecnologia social do capitalismo monopolista e do seu sistema de poder.*”⁵⁵ Na produção sociológica profissionalizada de então, a adesão à ordem “... *aparece no modelo de ordem social que vem proposto por esse pensamento...*”⁵⁶ Tudo se passa como se o sistema adentrasse a prática científica ao tornar paradigma desta um modelo de ordem estática, sujeito a mudanças que se operam sempre no interior dessa própria ordem. Impedir a

complicações e imprevistas das ‘alianças de classes’. Ela torna, por sua vez, a noção de bloco histórico tão obsoleta quanto a noção de democracia liberal; o consenso por arregimentação indireta vincula a ‘hegemonia da classe dirigente’ à capacidade das elites no poder de transformar in puts ‘autoritários’ em out puts ‘democráticos’.” (A *Natureza Sociológica da Sociologia*. Op. cit., p. 72). Assim, não há espaço político para “blocos” “...*as classes dominantes não precisam constituir-los; as classes intermediárias estão bloqueadas, narcotizadas e formam a linha de frente da defesa da ordem; as classes baixas estão submetidas à ilusão democrática, à pressão do consumo em massa a à dissuasão da insegurança coletiva.*” (Idem, p. 71). Sendo a “*modalidade de consenso, ... parafascista em sua forma e funcionalmente fascista em seus resultados ...*” (Idem, p. 72). Inúmeras seriam as menções de passagem, como essa, nas quais o domínio teórico de Gramsci, e a investigação de suas contribuições num plano estratégico-político, faz-se presente, sugerindo inclusive uma “prestação de contas”, típica de um autor que, cuja refuta a modas teóricas, não impede o profundo conhecimento dos textos (evidente nas anotações encontradas nos livros de Gramsci em sua biblioteca) e se posiciona com precisão com relação a elas.

⁵¹ A *Natureza Sociológica da Sociologia*. Op. cit., p. 52.

⁵² Idem, p. 73.

⁵³ Idem, p. 47.

⁵⁴ Idem, p. 58.

⁵⁵ Idem, p. 61. “... *o ideal positivo de ciência e a exigência de uma profissionalização... ressurgem como mecanismos de compensação, de luta por prestígio, e, em especial, como contrapeso ao controle externo institucionalizado. Os sociólogos procuram, por tais meios, proteger-se por detrás do out put puramente científico, embora saibam que tanto a sociologia quanto eles próprios terminaram robotizados no seio das formações burocráticas que absorveram o controle dos fundos de ensino e de pesquisa, a administração das organizações... e o poder de decisão.*” (Idem, p. 58).

⁵⁶ Idem, p. 73.

transformação – de qualquer natureza que se dirija contra a ordem – e garantir a existência *ad infinitum* do capitalismo parece ser a função da burguesia e do modelo de ordem oferecido pela “nova sociologia da ordem”.⁵⁷

Por conseqüência, elimina-se da concepção da ordem que preside o pensamento sociológico, a História – “... (a sociologia)... *sob o capitalismo monopolista maduro, repele todo historicismo, extirpa a historicidade na interpretação do concreto e ignora as relações recíprocas entre estrutura e história.*”⁵⁸ – e com ela a própria luta de classes como problema político: pois sob a “... *sociedade de classes do capitalismo monopolista madura, a dominação e o poder da burguesia perderam sua visibilidade como e enquanto tais...*”⁵⁹

⁵⁷ Ademais, “... o elemento técnico... se abateu sobre o pensamento sociológico”, este se encontra submetido a uma “tecnologia social extracientífica”, adotada no modo como ele se produz e na concepção de ordem social com a qual opera – concepção que revela a erosão definitiva dos ideais cristalizados na concepção de uma Sociologia Aplicada, cuja função prevista lhe parece então dispensável e mesmo impossível: “... a constituição de um ‘corpus teórico’ pura ou predominantemente científico não alimenta processos específicos de constituição, crescimento e aplicação em larga escala de uma tecnologia central ou tendencialmente científica.” (Idem, p. 25)

⁵⁸ Idem, p. 69. Assim, “a burguesia do capitalismo monopolista coloca-se diante da história como se a história fosse uma história natural... sociólogos ‘liberais’ ou ‘conservadores’ de hoje só concebem a mudança como uma reprodução reforçada da ordem e a desintegração da ordem como o desastre final da humanidade”. (Idem, p. 72). Por isso afirma que nessa “nova sociologia da ordem”, o componente revolucionário “intrínseco à ciência” é eliminado; e em expressivo trocadilho: como o cirurgião, o sociólogo limita-se às condições imediatas que possam garantir o seu êxito ‘operacional’. (Idem, p. 61). A metáfora adensa o sentido de neutralidade comprometida com a ordem ao equiparar o plano biológico ao sociológico: a saúde do organismo para as operações médicas equivale ao funcionamento “normal” da ordem para o sociólogo “neutro” – nenhum dos dois se empenharia em combinações diversas para o organismo/ordem.

⁵⁹ Idem, p. 71. São evidentes as fontes teóricas que alimentam a reflexão sobre a natureza sociológica do pensamento. Contudo, nem sempre a sustentação teórica da própria reflexão se faz explícita. Escandi-las ultrapassa os limites dessa apresentação, contudo, a proeminência de Georg Lukács impõe uma mínima menção. A relação hierárquica estabelecida entre “sociologia da revolução” e “da dominação”, bem como entre as “soluções dentro da” e “soluções contra a ordem”, parecem tributárias da noção lukaciana de limite da consciência burguesa. A “sociologia da dominação”, uma vez que não precisa chegar ao fundo das explicações, desenvolve-se no interior do “paradigma da eficácia de uma dada civilização”. (Idem, p. 30.); encontra-se empobrecida, portanto, pois, por operar dentro da ordem a ela não é necessário o “avanço” – o limite da consciência burguesa espelha seu avanço limitado: “o ‘limite burguês’ não vai ao fundo da realidade. Entretanto, isso seria necessário quando o alvo central é a dominação e, por conseguinte a mudança dentro da ordem estabelecida?” (Idem, p. 31). Assim, se a dominação paralisa a “interrompe” a história, cabe ao outro lado da moeda, faze-la emergir novamente. Por isso, se a sociologia da revolução tem tarefas adicionais junto à classe e à ordem que representa, e de sua perspectiva, o que cumpre sua equivalente para a classe dominante é limitado. *A Natureza Sociológica da Sociologia*. Op. cit., p. 32. Assim, as soluções que se aventam no interior da ordem são tomadas como hierarquicamente inferiores também do ponto de vista da ciência, são mesmo indício da limitação da própria crítica que não alça seu limite vincado à adesão à ordem. (Baseio-me na consulta da bibliografia do próprio curso, no qual *História e Consciência de Classe* tem destaque entre os demais; na leitura dessa obra; e na interpretação de Michaël Lowy em: *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários. A evolução política de Lukács. 1909-1929*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.)

A eliminação do conflito, da história e o decorrente apagamento da própria ordem burguesa enquanto tal conformam o quadro do capitalismo monopolista, no qual o impasse do intelectual vem a ser o mesmo da sociedade de classes – o enfrentamento de uma ordem cujo *“aparato repressivo... pulveriza deliberada e organizadamente... o conflito de classes, a base política para a existência de qualquer oposição revolucionária consistente”*⁶⁰, e cujo ardid é fazer a contestação girar num vazio histórico.⁶¹ No caso do intelectual dissidente, sua inocuidade é válida tanto no campo profissional em *stritu senso*, quanto no campo político: *“... sua produção não repercute, naturalmente, sobre as linhas de trabalho e de florescimento da ‘sociologia profissional’; e sua influência propriamente crítica não logra repercussão eficaz ao nível dos movimentos políticos...”*⁶² Inocuidade que faz com que nesse jogo de forças em que nada é isento, esse agente faça menos do que gostaria contra a ordem e muito mais do que gostaria a favor dela, pois os *“sociólogos inconformistas... podem sobreviver, produzir, e inclusive, desempenhar seu papel de ‘efeito demonstração’, revelando o quanto uma sociedade democrática respeita a liberdade absoluta do radicalismo sociológico abstrato.”*⁶³

Ademais, a ciência não encontra em si mesma sua força motora⁶⁴ e perdeu o controle sobre suas próprias atividades⁶⁵, de modo que *“... o sistema institucional da ciência não se autodetermina nem se auto-regula...”*⁶⁶, mas se encontra inexoravelmente submetido ao *“... uso racional da sociologia por forças irracionais da sociedade... e do mundo capitalista”*.⁶⁷ Dessa maneira, as condições de irrealização do intelectual moderno e do pensamento revolucionário no capitalismo monopolista

⁶⁰ *A Natureza Sociológica da Sociologia*. Op. cit., p. 62.

⁶¹ *“... o sistema repressivo... é bastante poderoso... para tolerar e absorver o radicalismo que não possui meios institucionais para se converter numa força cultural e política. Deste ângulo, o ‘isolamento dos intelectuais’... é produto deliberado de uma política cultural que, dimensiona o radicalismo intelectual e o condena a gravitar sobre si mesmo, como um ‘radicalismo abstrato’ e... vazio.”* (Idem, p. 62).

⁶² Idem, p. 63.

⁶³ Idem.

⁶⁴ *“Nas universidades... e nas... ‘organizações’ de pesquisa social, os papéis intelectuais não são calibrados pelos ‘valores da ciência’ nem pela ‘ciência como vocação’, mas através dos alvos institucionais sobre os quais eles não possuem qualquer ‘controle profissional’.”* (Idem, p. 52).

⁶⁵ *“... o comando de seus dinamismos fica em seu exterior; ou nos centros de decisão das instituições que empresariam a ciência como negócio e motivo de lucro... ou nos centros de decisões das instituições que agregam a ciência a algum tipo de controle, de segurança ou de poder... Nos dois casos o sistema da ciência aparece como heteronômico... está sujeito a uma hegemonia externa”.* (Idem, p. 56).

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem, p. 67.

conduz a limitações e impossibilidades homólogas às apresentadas em seus depoimentos com relação à sujeição de seu grupo à dinâmica da contra-revolução burguesa. Tal como a “geração perdida”, aprisionada pelo conservadorismo elitista do desenvolvimento moderno da contra-revolução burguesa em nível nacional; o capitalismo monopolista aprisiona estrategicamente os intelectuais no seu isolamento em uma “Cidadela do Saber” – na qual nem sempre se sabem prisioneiros, e frequentemente se pensam livres e autônomos.⁶⁸

Não por acaso, a noção de que as promessas da modernidade se realizem no socialismo não diz mais respeito apenas à periferia do capitalismo, mas se generaliza.⁶⁹ Trata-se, fundamentalmente, de afinar a racionalidade da ciência com uma ordem social substancialmente racional.⁷⁰ “*A impregnação burguesa da explicação científica na sociologia desembocou nesse impasse, que só pode ser superado pela ruptura total com a ordem e através da liberação do pensamento científico pelo socialismo.*”⁷¹ Portanto, é “...o advento de uma civilização na qual os sociólogos deixem de ser ‘servos do poder’...”⁷² que guarda as condições de realização das expectativas da modernidade originária, segundo as quais “*seria possível conhecer, prever e agir racionalmente graças às potencialidades ilimitadas de democratização abertas pela ‘civilização*

⁶⁸ “A Geração Perdida”. In.: *A Sociologia no Brasil*. Op. cit., p. 241.

⁶⁹ Tendo em vista as condições de institucionalização por um lado e profissionalização e mercantilização por outro, mesmo nas sociedades não “seletivamente democráticas” e “mais democráticas”, no capitalismo monopolista, os intelectuais também estão sujeitos à cooptação e à limitação semelhantes às assinaladas da (contra-) revolução burguesa na periferia – sendo ainda mais profunda a “*rede de aspirações*” de classe média. *A Condição de Sociólogo*. op. cit., p. 162-163.

⁷⁰ Muito embora o tipo adoção ao socialismo assinalado no Canadá estivesse mais ligado a um firmar de posição, a relação ideal entre ciência e civilização já era postulada para a sociedade socialista: “*A única revolução que poderia gerar o ambiente externo e o clima de valores requeridos pela ciência é a que poderia resultar do socialismo igualitário e democrático*”. “Sociologia, Modernização e Revolução Social”. Op. cit., p. 124. Atente-se ainda que aqui o foco se dirige aos paralelos de processos revolucionários inversos pela natureza das revoluções em tela. A decisiva passagem de uma a outra ordem, bem como o papel da ciência nesse delicado momento histórico é tema enfrentado junto com o retorno à leitura de Marx.

⁷¹ *A Natureza Sociológica da Sociologia*. Op. cit., p. 75.

⁷² Idem, p. 44. É nessa esteira que se coloca o “destino da herança clássica”: a “impregnação” burguesa foi *estimulante* ao tempo em que a civilização burguesa encarnava as expectativas de progresso – contudo, na “... *passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista (ela)... suprime as condições externas de validade social dessa sociologia*” – ou seja, tornou-se cerceadora da ciência. (Idem, p.42). Por isso, a perspectiva na qual se empenhava, no mesmo passo em que bebia dessa fonte, é, congruentemente legada a outro padrão de civilização. Ratificando dramaticamente a irrisão das funções que supunha a uma “tecnologia científica”, guarda, não sem alguma identificação, na imagem do “encerramento melancólico”, o destino da herança clássica: a “*aflição moral*” de figuras “*de proa, como... Mannheim*” – cujo esforço na elaboração de um constructo baseado na função dinamizadora da ciência “*não alterou em nada os rumos históricos*” – evidenciou que “*a tecnologia social*” não surgiria “*do labor ... dos sociólogos...*”, senão dos “*centros de decisão e de poder*”. (Idem, p. 50)

moderna'”.⁷³ Nessa ordem, socialista e planificada, a dinâmica social e a dinâmica científica convergem numa racionalidade equivalente – universalista e de progressiva abertura ⁷⁴ – em oposição à mercantilização, ausência de autonomia e fins extra-científicos e irracionais que, característicos do capitalismo monopolista emergem no seio da ciência e inviabilizam a racionalidade que a define na concepção de Florestan Fernandes.⁷⁵

A partir desse equacionamento, *a violação da ordem torna-se definitivamente o pressuposto para o exercício científico legítimo*. A subversão da ordem pela recusa à autonomia científica ascética e a violação da estrita divisão institucional das competências no trabalho do pensamento não especializado – que permitem priorizar a temática política e a crítica da própria teoria – delimitam sua prática intelectual na PUC-SP e encontram revérbero em suas reflexões. A inserção institucional está subordinada à possibilidade de violação da ordem.

⁷³ Idem, p. 36. A idéia de que o socialismo propicie a realização de uma sociedade humana com pleno controle racional sobre si mesma comparece em um autor como Karl Polanyi – também, *pari passu* à preocupação com a emergência do “irracional” no desenvolvimento de um padrão social originalmente oposto a ele – em sua reflexão, o “irracionalismo inédito” do liberalismo: “*O socialismo é, na sua essência, a tendência inerente a uma civilização industrial de transcender o mercado auto-regulável, subordinando-o, conscientemente, a uma sociedade democrática... é a solução natural para os trabalhadores industriais que não vêem qualquer motivo para que a produção não seja diretamente regulada... (para a) Do ponto de vista da comunidade como um todo, o socialismo é apenas a continuidade do esforço de fazer da sociedade uma relação de pessoas nitidamente humana...*” (A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 59).

⁷⁴ “... é só sob o socialismo que a revolução pela ciência alcança plenitude e pode completar-se – porque ele elimina o controle irracional de sua racionalidade...” (Idem, p. 101). Nesse sentido, a autonomia e o compromisso intelectuais formulados paradigmaticamente em *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* encontram no comunismo suas possibilidades de realização: “... parece plausível que a recente tendência à autonomização da sociologia nos países em transição para o socialismo tenha condições objetivas para persistir e fortalecer-se? A minha opinião é afirmativa.” (Idem, p. 143). Com efeito, as funções dos sociólogos nessa ordem futura se aparenta àquelas idealizadas no início da década de sessenta – não mais para superar o arcaísmo; mas porque se encontraram numa ordem cuja racionalidade se manifesta na racionalização e secularização das formas de pensar e agir sociais: “... *O ‘querer algo socialmente’, numa sociedade comunista, vai infiltrar o ‘ver algo socialmente’ como padrão pedagógico normal... a crítica social será um componente estrutural e dinâmico da reação societária às propostas de mudança e à orientação da mudança; o querer coletivo livremente compartilhado acaba, pois necessitando de uma ampla e profunda saturação pela imaginação sociológica*”. (Idem, p. 144). Reconhece, contudo, que essa não é uma realidade imediata e sequer identificável nos quadros do “socialismo real” em seu momento histórico (Idem, p. 102).

⁷⁵ É evidente, ressalte-se que a *reflexão sobre a sociologia, expressa uma tomada de posição com relação a acalorados debates em voga*, acerca do chamado “socialismo real”. Tome-se um, entre tantos exemplos, a recusa da perspectiva segundo a qual socialismo real e capitalismo monopolista sejam irmãos siameses totalitários. Florestan Fernandes concentra seus esforços na delimitação do fundamento que distinga ambos – dando especial ênfase para o caráter político e não técnico da imbricação entre *planificação e sociologia... sob o ‘socialismo de acumulação’...*” (Idem, p. 86).

É imperativo que se retorne a um dos caminhos percorridos pela reflexão, que assinalava os vínculos de classe em jogo na inserção institucional – e se questione: a subversão delineada garante a negação das relações de classe que ali se tecem? É sempre elucidativo que se vislumbre as palavras dirigidas a platéia constituída por uma cidadania ilustrada, envolvida, tal qual a instituição que preside o evento, a SBPC, naquele prestígio intelectual tão característico do contexto e tão refutado por Florestan Fernandes, para quem “*o intelectual precisa conquistar novos papéis e, muitos deles, só parcialmente são papéis intelectuais.*”⁷⁶ – pois:

*“Quanto mais eles se vincularem à realidade pela ótica institucional (dos assim chamados papéis intelectuais legítimos...) pela ótica de classes (dos assim chamados papéis radicais de um setor desenraizado das classes médias...) ou pela ótica da estabilidade da ordem (dos assim chamados papéis sociais que os intelectuais desempenham como membros natos das elites culturais... a posição estratégica que eles ocupam na informação dos policy makers ...), menos eles verão claramente o que lhes compete fazer. Para falar com franqueza, é preciso superar o limite histórico que foi escrupulosamente respeitado nas décadas de 40, 50 e 60...”*⁷⁷

Entretanto, essa superação só poderia ser equacionada se a problemática da delimitação dos opostos – ciência sob coerção e em liberação vinculadas às progressões políticas opostas dos processos revolucionários em desenvolvimento – fosse deslocada para a história *in flux* e se propusesse a equacionar a emergência, não da *ordem* mas da *revolução*, no processo de se produzir a ciência. Contudo, isso depende de fatores alheios à disposição inelutável do autor à autocrítica: o deslocamento à história *in flux* não ocorreria sem a emergência da própria história no terreno político estático forjado pelo regime militar.

Até onde a pesquisa que originou essa apresentação pôde chegar, é a emergência *de los abajo* que faz com que nova aurora ilume o percurso de Florestan Fernandes. Emergência que está na sede que o faz beber novamente na fonte daquela tradição que, se no passado adensou o escopo do *scholar* comprometido com a institucionalização da linguagem especificamente sociológica, agora viria ao encontro de sua questão de fundo: a unidade entre práxis e teoria impedida, censurada e violentada através das instituições de pesquisa, fiéis escudeiras do capitalismo monopolista – o marxismo. Unidade esta, que, por tudo o que foi apresentado, urge por equacionamento – elaborado

⁷⁶ . “Tarefas dos intelectuais na revolução democrática”. In.: *Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980, p. 52. (Comunicação apresentada na 31ª reunião anual da SBPC, em Fortaleza, como intervenção no debate “Brasil: Anos 70 –os intelectuais e a repressão; organizado pelo prof. José Albertino Rodrigues. Publicado por *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.14, ago 1979.)

⁷⁷ Idem, p. 51.

pelo autor, lapidadamente, na Introdução da Marx e Engels, para o volume 36 da Coleção Grandes Cientistas Sociais, a qual então coordenava, acolhido na seção de História.

Não é demasiado lembrar que nos anos oitenta abrilhantar-se-á com sua presença e desafiará com suas intervenções polêmicas o espaço de debate da Nova Esquerda no jornal *Folha de São Paulo* e, ainda que sem elo orgânico inicial, a própria fundação do Partido dos Trabalhadores. Essa atuação vibrante, pela qual é muito lembrado encontra suas origens nos tempos sombrios que vão de sua aposentadoria ao fim dos setenta – sofrida *via crucis* a que dedico minha pesquisa.

BIBLIOGRAFIA:

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura. São Paulo no meio do século XX*. Bauru: Edusp, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A Natureza Sociológica da Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1976.

_____ *A Sociologia no Brasil. Contribuição para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977; 2ª edição, 1980.

_____ *Apontamentos Sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____ *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____ *Da guerrilha ao socialismo: A Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.

_____ *Brasil: em Compasso de Espera. Pequenos Escritos Políticos*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____ “Entrevista concedida a José Albertino Rodrigues, UFSCar”. Publicada em setembro / outubro de 1983. In.: *Cientistas do Brasil. Depoimentos. Edição Comemorativa dos 50 anos da SBPC*, 1998 p. 73.

_____ “A pessoa e o político”. In.: *Nova Escrita Ensaio*. Ano IV. N. 8. 1981, p. 22. (Concedida a J. Chasin; Helieth Saffioti, Paulo Douglas Barsotti, Narciso J. Rodrigues Jr., Marilena G.S. Pottes, Ester Vaisman e Paulo Edgar Rezende.)

FERNANDES, Heloísa. Prefácio. In.: *Apontamentos Sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Hucitec, 1979.

FREITAG, Bárbara. “Florestan Fernandes por ele mesmo”. *Estudos Avançados*, n.26, v. 10. São Paulo, Janeiro/Abril, 1996.

JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: USP, Departamento de Ciência Política, 1999. Tese de doutorado.

LOWY, Michael. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários. A evolução política de Lucács. 1909-1929*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

MELO. Carlos Alberto Furtado de. *Imprensa e Democracia: a transformação da Folha de São Paulo e a Criação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: PUC-SP, Departamento de Ciências Sociais, 1996. Dissertação de mestrado.

MICELI, Sérgio. “O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil”. In.: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.2. São Paulo: Sumaré, 1995.

ORTIZ, Renato. “Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil”. *Novos Estudos*, n.27. São Paulo, julho de 1990.

ROMÃO, Wagner de Melo. *A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. São Paulo: USP, Departamento de Sociologia, 2003. Dissertação de mestrado.

SECCO, Lincoln Ferreira. *A Recepção das Idéias de Gramsci no Brasil*. São Paulo: mimeog, 1998. Departamento de História. Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In. RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. FGV. São Paulo: FGV, 2003, 2ª ed.

VIANNA, Luiz Werneck. “A institucionalização das ciências sociais e a reforma social; do pensamento social à agenda americana de pesquisa”. In. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.